



20
26

CARTILHA ORÇAMENTO
CIDADÃO

CARTILHA ORÇAMENTO CIDADÃO

PREFEITO DO MUNICÍPIO

José Tiago Camargo do Amaral

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E TECNOLOGIA**

Marcos Jeronimo Goroski Rambalducci

EQUIPE TÉCNICA - DIRETORIA DE ORÇAMENTO

Darling Silvia Maffato Genvigir - Contadora / Diretora de Orçamento

Ricardo Morita - Contador / Gerente de Controle de Limites e Prazos Orçamentários

Thiago de Paula Espinosa Gouvea - Contador / Gerente de Programação Orçamentária

Fabio Issamu Ariji - Contador / Coordenador de Elaboração Orçamentária

Rosana Amarelha de Castro - Contadora / Coordenador de Execução Orçamentária e Avaliação de Resultados

Lígia Maria Bento Thimóteo - Economista

Lina Tiemi Sanada - Economista

Simone dos Santos Lobrigatte - Contadora

Londrina, Secretaria Municipal de Planejamento,
Orçamento e Tecnologia.

Diretoria de Orçamento.

Cartilha Orçamento Cidadão

Londrina, 2026

16 p.

1. Sistema Orçamentário. 2. Plano Plurianual. 3. Lei de Diretrizes Orçamentárias. 4. Lei Orçamentária Anual.

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia apresenta esta Cartilha do Orçamento Cidadão como um instrumento de transparência ativa e de educação fiscal, voltado a aproximar o cidadão do funcionamento do orçamento público municipal e do conjunto de escolhas que orientam a aplicação dos recursos do Município.

O orçamento não é apenas uma peça contábil. Ele é a expressão prática do planejamento governamental: define prioridades, viabiliza políticas públicas, sustenta a operação dos serviços essenciais e organiza investimentos que impactam diretamente a vida da população. Por isso, compreender o orçamento é compreender, também, como a Administração transforma diretrizes em ações concretas, considerando limites legais, fontes de financiamento e responsabilidades de equilíbrio fiscal.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) consolida, para cada exercício financeiro, a previsão de receitas e a autorização de despesas, em consonância com os instrumentos de planejamento e gestão – Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – e sob a observância das regras fiscais e das vinculações legais. Além disso, o orçamento municipal reflete aquilo que foi estipulado pela gestão como diretriz de governo, estruturando-se em torno dos 6 eixos estratégicos definidos para orientar a ação pública, a priorização de programas e a alocação de recursos.

Na prática, isso significa que as despesas e investimentos apresentados na LOA não são decisões isoladas: estão vinculados a objetivos, metas e entregas que compõem a estratégia do governo, preservando, ao mesmo tempo, os compromissos obrigatórios e a sustentabilidade das contas públicas. Essa lógica permite à sociedade acompanhar, com mais clareza, não apenas “quanto” se destina a cada área, mas “para quê” e “com qual finalidade” os recursos são direcionados.

Este Orçamento Cidadão foi elaborado pela equipe técnica da Diretoria de Orçamento para traduzir os principais elementos da LOA em linguagem acessível, sem perder o rigor. A cartilha apresenta de forma sintética as informações essenciais sobre receitas, despesas, programas, principais prioridades e condicionantes legais, oferecendo ao cidadão uma leitura inicial mais clara e funcional do orçamento municipal.

Ressaltamos que este material tem caráter orientativo e não substitui a consulta aos documentos oficiais completos. Seu objetivo é servir como porta de entrada qualificada para que a população compreenda melhor o orçamento, acompanhe a execução, fortaleça o controle social e participe de forma mais consciente do debate público sobre as políticas municipais.

Transparência efetiva envolve clareza. E clareza fortalece confiança, participação e resultados.

Marcos Rambalducci
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

ÍNDICE

"DÊ-ME SEIS HORAS PARA DERRUBAR UMA ÁRVORE E PASSAREI AS QUATRO PRIMEIRAS AFIANDO O MACHADO." – ABRAHAM LINCOLN.

01

Introdução
Instrumentos de Planejamento

03

Plano Plurianual
PPA 2026-2029

06

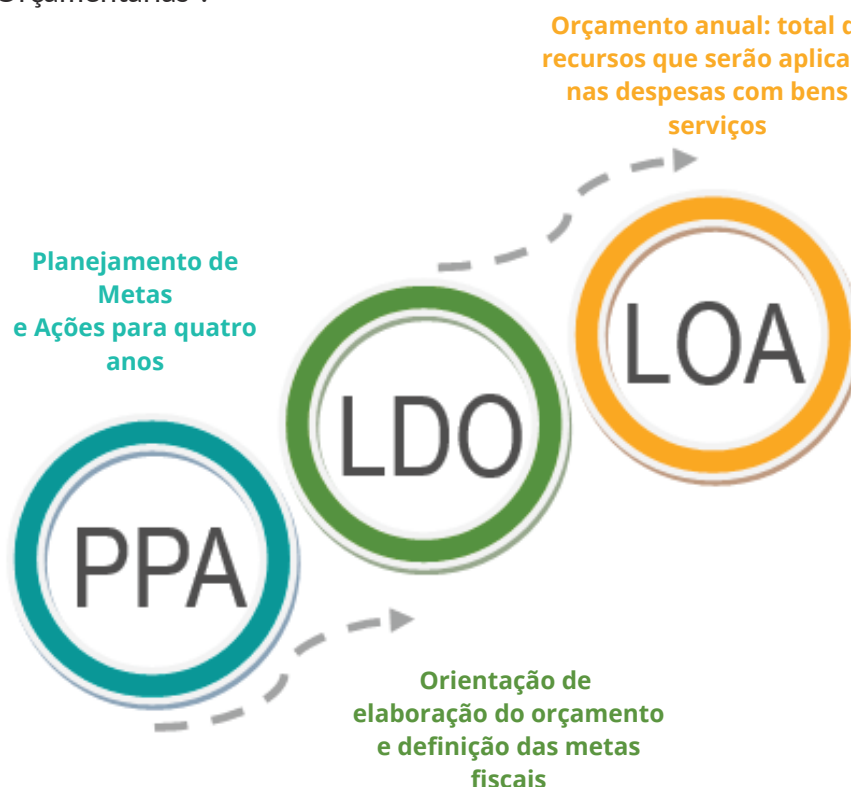
Lei de Diretrizes Orçamentárias
LDO 2026

09

Lei Orçamentária Anual
LOA 2026

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

O Sistema Orçamentário Brasileiro trata de como as ações do governo serão feitas, como serão pagas e com quais recursos. É composto pelos seguintes instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os Orçamentos Anuais (LOA). São as chamadas “Leis Orçamentárias”.



O **Plano Plurianual - PPA** é o planejamento do governo para os próximos 4 anos. A partir dos objetivos, metas e ações contidos nos Programas de Governo deste instrumento se elabora anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As bases legais do Plano Plurianual encontram-se na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica Municipal.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO** Tem por finalidade estabelecer o “elo” entre o PPA e a LOA. Cumpre o papel de priorizar, a cada ano, as ações e as metas que constarão no orçamento subsequente. Na LDO estão presentes as diretrizes para a elaboração e execução da LOA, bem como a verificação das metas fiscais e riscos fiscais (riscos financeiros) das contas públicas, possibilitando ao legislador acompanhar as finanças municipais.

A **Lei Orçamentária Anual - LOA** detalha os programas de trabalho do governo criados no PPA, as projeções das receitas financeiras e aloca os recursos disponíveis para realizar as metas e prioridades definidas na LDO. Somente depois da aprovação dessa Lei, pelo Legislativo, que a Administração Pública pode realizar as suas despesas.

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

O Ciclo Orçamentário é composto por 4 etapas:

- 1 - ELABORAÇÃO: Responsabilidade do Poder Executivo
- 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO: Realizado pelo Poder Legislativo
- 3 - EXECUÇÃO: Realizada pelos Poderes Legislativo e Executivo
- 4 - AVALIAÇÃO E CONTROLE: O Controle Interno é realizado por cada órgão, e o Controle Externo é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pelo poder Legislativo e pelo cidadão individualmente ou por meio de suas entidades associativas e representativas (Controle Social).



Fique ligado

Cada etapa do ciclo orçamentário tem um prazo limite. Como o PPA é elaborado a cada 4 anos, ele ocorre apenas 1 vez em cada gestão. Enquanto a LDO e a LOA devem ser elaboradas anualmente.

PRAZOS E VIGÊNCIA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Situação / Instrumento	PPA	LDO	LOA
Envio ao Poder Legislativo*	Até 31/08	Até 15/04	Até 31/08
Devolução ao Poder Executivo**	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa	Até o encerramento do 1º período da sessão legislativa	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa

*Data limite para que o Executivo envie o projeto de lei para a Câmara

**Data limite para a Câmara devolver os projetos para sanção



Vamos conhecer mais sobre o
PPA / 2026 - 2029!

A Lei do Plano Plurianual é composta por:

- MENSAGEM DO PREFEITO
- MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA
- PROGRAMAS
- AÇÕES
- INDICADORES

As Secretarias e Órgãos criam um ou mais programas de governo e definem os diferentes objetivos que constam nos programas que compõem o PPA. Cada programa busca refletir as prioridades dos planos setoriais, dentro de suas áreas de atuação, para os próximos quatro anos, bem como as respectivas fontes de financiamento.

Algumas políticas públicas têm ações executadas em mais de um órgão, elas são chamadas de políticas transversais!



Os programas previstos pelo Plano Plurianual são executados com o objetivo de construir políticas públicas integradas por meio de ações governamentais articuladas. Desta forma, ainda que os Programas do PPA estejam vinculados aos respectivos Órgãos que os criaram, o planejamento e execução das políticas públicas são realizados de maneira transversal visando à integração, a efetividade e a continuidade da prestação dos serviços públicos

PROGRAMAS

Os programas constantes do PPA podem ser executados em diversos órgãos, conforme exemplificado abaixo:



0000 - Operações Especiais

- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina - CAAPSML
- Fundo de Urbanização de Londrina - FUL.



0002 - Apoio à Gestão Governamental

- Chefia de Gabinete;
- Secretaria Municipal de Governo;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.



0016 - Saúde Mais Perto de Você

- Fundo Municipal de Saúde de Londrina.

QUAIS OS TIPOS DE PROGRAMAS COMPÕEM O PPA?

Programas Finalísticos: Retratam as prioridades de governo organizadas por recortes selecionados de Políticas Públicas ofertadas diretamente à população. Como: Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Meio Ambiente e etc.



Programas de Apoio à Gestão Governamental: Referem-se a Programas de suporte operacional aos Órgãos finalísticos. Constan do PPA atual um programa englobando todas as secretarias meio, um Programa para a CAAPSML e outro para a Câmara Municipal de Londrina.



Programa para as Operações Especiais: Programa relativo ao pagamento de sentenças judiciais, precatórios, PIS, Amortização e Encargos da Dívida.



Programa para a reserva de contingência e a Reserva do RPPS: Programa para alocar recursos em caso de algum imprevisto fiscal nas contas Municipais.



AÇÕES

As ações fazem parte da Dimensão Operacional do PPA e estabelecem a ligação entre os objetivos propostos e o que deve ser executado para atingir estes objetivos, ou seja, as ações fazem uma ligação entre o PPA, LDO e LOA.

Veja alguns exemplos de ações:



AÇÃO 5020 - Obras e Equipamentos para Atenção Básica

Meta Financeira:

- 2026 - R\$ 8.380.000,00
- 2027 - R\$ 6.089.000,00
- 2028 - R\$ 5.215.000,00
- 2029 - R\$ 4.708.000,00

AÇÃO 5006 - Readequação da Estrutura Física e de Equipamentos - Ensino Fundamental

Meta financeira:

- 2026 - R\$ 5.650.000,00
- 2027 - R\$ 13.779.000,00
- 2028 - R\$ 14.309.000,00
- 2029 - R\$ 53.333.000,00



AÇÃO 1008 - Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária

Meta Financeira:

- 2026 - R\$ 3.305.000,00
- 2027 - R\$ 3.428.000,00
- 2028 - R\$ 3.629.000,00
- 2029 - R\$ 3.893.000,00

As ações são detalhadas em **iniciativas**, que estão elencadas no Anexo V - Demonstrativo dos Objetivos e Ações da Lei do PPA.

INDICADORES



Conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução de um programa.

Abaixo demonstramos um exemplo de indicador do PPA 2026 - 2029:

nome: SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica)

metodologia: Nota obtida pela rede municipal na Prova SAEB.

fonte: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) / MEC

índice de referência: 6,9 **índice desejado:** 7,0 (2026) - 7,1 (2027) - 7,1 (2028) - 7,2 (2029)

público alvo: Alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental



Agora vamos falar sobre a LDO - 2026!

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma norma, uma orientação a ser seguida. A LDO orientará a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual, com base no planejamento feito no PPA, portanto, a LDO é o elo entre o PPA e a LOA.

Uma de suas funções é garantir que haja transparência no processo de elaboração do orçamento sinalizando ao Legislativo como as finanças públicas estão sendo conduzidas.

A LDO está estruturada da seguinte forma:

- TEXTO DA LEI
- ANEXO DE METAS FISCAIS
- ANEXO DE RISCOS FISCAIS
- ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
- ANEXO DE OBRAS EM ANDAMENTO
- AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS



Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO teve sua competência ampliada sendo aperfeiçoadas as normas que buscam aprimorar a gestão fiscal responsável. Portanto, o Município ao elaborar a LDO deve observar as regras constitucionais e as obrigações estabelecidas na LRF.

Por que as metas fiscais são tão importantes?



A LDO apresenta as metas fiscais do ente público para os próximos três anos. De forma resumida as metas fiscais são as metas que o ente público estabelece tanto para a arrecadação de receitas quanto para a realização de despesas. Essa meta busca alcançar um equilíbrio que garanta ao governo oferecer serviços públicos à população e honrar seus compromissos sem que haja um desequilíbrio de suas finanças.

ANEXO DE METAS ANUAIS

As metas fiscais definidas na LDO - 2026 mostram os valores calculados para o exercício da LDO e para os dois seguintes e são apresentadas no Anexo de Metas Anuais. Na sequência estão demonstrados os valores da previsão da receita e despesa consolidados para os três exercícios:

2026

R\$ 4.497.275.000,00

2027

R\$ 4.612.235.000,00

2028

R\$ 4.979.338.000,00

Os valores acima demonstrados são compostos pela previsão de arrecadação dos recursos do Município. Dentre estas receitas temos IPTU, repasse de recursos recebidos da União e do Estado (transferências constitucionais), operações de crédito (financiamentos), assim como as receitas de convênios firmados pelo Município para a execução de ações específicas.

Diferentemente da Lei Orçamentária Anual, a LDO apresenta as receitas e despesas em agrupamentos. Estes agrupamentos são denominados Categorias Econômicas. Abaixo apresentamos a classificação da receita e despesa e alguns exemplos:

As receitas correntes são aquelas utilizadas para o pagamento de despesas correntes, por exemplo, despesas com a manutenção. Já as receitas de capital são aquelas aplicadas em despesas utilizadas para aquisição de um bem de capital, por exemplo, a compra de um veículo.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	CORRENTES	EXEMPLOS
1100	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	IPTU e Taxa de Coleta de Lixo
1200	Receita de Contribuições	Contribuição Previdenciária
1300	Receita Patrimonial	Rendimentos de Depósitos Bancários
1600	Receita de Serviços	Inscrição em Concursos Públicos
1700	Transferências Correntes	Transferências do Fundo de Participação dos
1900	Outras Receitas Correntes	Multa por não Capina de Terrenos Particulares
CÓDIGO	CAPITAL	EXEMPLOS
2100	Operações de Crédito	Empréstimos para realização de obras
2200	Alienação de Bens	Valor da Venda de Imóveis
2300	Amortização de Empréstimos	Recebimento de empréstimos concedidos*
2400	Transferências de Capital	Recursos recebidos da União para construção de
2900	Outras Receitas de Capital	Receitas de Capital Diversas
* O município de Londrina não tem essa receita por não conceder empréstimos		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	CORRENTES	EXEMPLOS
3.1.	Pessoal e Encargos Sociais	Salários e Aposentadorias
3.2.	Juros e Encargos da Dívida	Juros e Encargos
3.3.	Outras Despesas Correntes	Material de Escritório
CÓDIGO	CAPITAL	EXEMPLOS
4.4.	Investimentos	Execução de Obras e Aquisição de Imóveis
4.5.	Inversões Financeiras	Compra de Imóvel já em uso pelo ente público
4.6.	Amortização da Dívida	Pagamento ou Refinanciamento da Dívida
9.9.	Reserva Contingência	Reserva utilizada nos casos previstos em Lei

ANEXO DE METAS ANUAIS

Além das informações sobre receita e despesa, o Anexo de Metas Anuais também apresenta os valores do Resultado Nominal e Primário.

Os valores estabelecidos na LDO para a receita e despesa podem ser atualizados por meio de Lei para compatibilização com a Lei Orçamentária Anual.

Os valores projetados para a LDO podem ser alterados?



ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

O Anexo de Metas e Prioridades da LDO é um recorte do que foi estabelecido no PPA para o exercício de 2026. Nele estão as obras e serviços que foram levantados como demandas prioritárias da população, apresentadas como ações que serão realizadas demonstrando suas metas financeiras.

Apresentamos alguns exemplos de ações previstas na LDO para 2026:



AÇÃO 5020 - Obras e Equipamentos para Atenção Básica

Meta Financeira:

- 2026 - R\$ 8.380.000,00

AÇÃO 5006 - Readequação da Estrutura Física e de Equipamentos - Ensino Fundamental

Meta financeira:

- 2025 - R\$ 5.650.000,00



AÇÃO 1008 - Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária

Meta Financeira:

- 2025 - R\$ 3.305.000,00

DEMAIS ANEXOS

A LDO possui outros anexos como: Alienação de bens, Resultado do RPPS, DOCC, etc. Acesse a LDO 2026 para conferir todos os seus anexos no QR Code a seguir:



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO



E, por último, vamos aprender sobre a LOA - 2026!

A Lei Orçamentária Anual - LOA é o instrumento final para a concretização dos programas de governo. O Orçamento Público é iniciado com o PPA, depois é priorizado com a LDO, e executado na LOA.

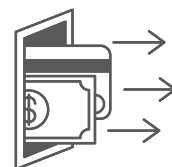
De forma simples a LOA é composta por:



Texto da Lei



Anexos da Receita



Anexos da Despesa

O Orçamento Geral do Município de Londrina é um documento único constituído pelos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, do Poder Executivo, Legislativo e Empresas Públicas

Na LOA 2026 estão previstos os seguintes valores:



Orçamento Fiscal

4.497.275.000,00
-671.967.000,00

3.825.308.000,00

Faz parte do Orçamento Fiscal: o Poder Legislativo (Câmara), e o Poder Executivo, constituído pela Administração Direta (Secretarias Municipais) e a Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Institutos e Fundações) mantidas pelo Município, descontadas as operações intraorçamentárias.



Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas

15.672.000,00
-12.000.000,00

3.672.000,00

Orçamento de Investimentos das Empresas Municipais, que o município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto. São eles: Londrina Iluminação, CTD, CMTU e COHAB.

Do total de R\$ 15.672.000,00, 12.000.000,00 correspondem à previsão de aporte do Município nas Empresas e por essa razão esse valor é deduzido a fim de evitar duplicidade na consolidação do Orçamento Municipal.



Orçamento Geral do Município:

3.828.980.000,00

VOCÊ SABIA?

Operações Intraorçamentárias são as realizadas entre **Órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal, integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social** não representando novas entradas de recursos nos cofres públicos. Portanto, esses valores devem ser excluídos a fim de evitar a dupla contagem dos recursos na consolidação das contas.

FONTE DE RECURSOS - Origem x Aplicação



Uma classificação muito importante na compreensão do orçamento público é a Fonte de Recursos. A Fonte de Recursos é um código numérico que vincula a origem de recursos à sua aplicação. A origem da receita pública define onde o Município pode aplicar os recursos. Isso é denominado de destinação por fonte de recursos.

Determinados recursos que são considerados recursos livres, dependendo de sua procedência, normalmente são recursos de impostos, das transferências constitucionais, de serviços prestados pelo município, etc.

Esses valores, geralmente, são utilizados para o pagamento das despesas de custeio, contrapartidas de convênio, pagamento de dívidas e investimento. A fonte livre pode ser utilizada para atender a quaisquer finalidades. Existem também as receitas vinculadas, que só podem ser aplicadas em despesas vinculadas, ou seja, para as quais ela foi criada. Normalmente, são recursos de taxas, convênios, operações de crédito e recursos de programas federais e estaduais etc.

Existem despesas que o Município tem a obrigação legal ou contratual de realizar, são as despesas obrigatórias. Também existem as despesas consideradas discricionárias, cuja execução depende da avaliação ou escolha de governo.

A fonte vinculada define a ligação entre a origem e a aplicação do recurso, como convênios, contratos de empréstimos e financiamentos, transações sem contraprestação com especificações, recursos de terceiros administrados pelo ente, dentre outros.

Um exemplo de fonte vinculada é a Transferência Voluntária que o município recebe do Estado para a construção de um Ginásio de Esportes, conforme acordado em um convênio. Esta receita deve ser utilizada para a construção do Ginásio e não pode ser utilizada em qualquer outra finalidade além dessa.



Orçamento Fiscal - Receitas e Despesas

O Orçamento Fiscal do Município de Londrina para 2026 é de R\$ 3.825.308.000,00 composto de:



Receita

- Corrente - R\$ 3.798.029.000,00
- Capital - R\$ 27.279.000,00

Despesa

- Corrente - R\$ R\$ 3.501.750.000,00
- Capital - R\$ R\$ 151.030.000,00
- Reserva de Contingência - R\$ 172.528.000,00

Ação governamental por área de aplicação

No orçamento a despesa está dividida entre o poder Legislativo, os Órgãos da Administração Direta e Indireta, e o Orçamento de Investimento das empresas públicas, onde cada uma tem sua previsão orçamentária definida.

Uma outra forma de apresentação da despesa é por área de atuação, chamada de despesa por função. Ao todo são 23 funções que estão contempladas na LOA 2026, conforme quadro abaixo:

Função Legislativa - R\$ 61.403.000,00

- Atividades exercidas pela câmara compreendendo a elaboração de leis, decretos, resoluções e o controle das contas do Poder Executivo.

Exemplo de ações no orçamento:

- Readequação da estrutura física e aquisição de equipamentos e material permanente



Função Judiciária - R\$ 27.470.000,00

- Ações desenvolvidas na assistência ao Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica, mediante a elaboração de pareceres.

Exemplo de ações no orçamento:

- Manutenção das atividades - Procuradoria-Geral do Município



Função Administração - R\$ 331.172.000,00

- Ações de recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais destinados à gestão municipal.

Exemplo de ações no orçamento:

- Manutenção das atividades da Secretaria de Recursos Humanos



Função Defesa Nacional - R\$ 300.000,00

- Ações desenvolvidas para garantia da defesa nacional.

Exemplo de ações no orçamento:

- Manutenção das atividades da Junta Militar e Tiro de Guerra



Função Segurança Pública - R\$ 64.623.000,00

- Ações desenvolvidas com o objetivo à manutenção da vigilância e defesa dos bens e patrimônio do Município

Exemplo de ações no orçamento:

- Manutenção das atividades da Defesa Civil
- Readequação da estrutura física, aquisição de equipamentos e materiais permanentes



Função Assistência Social - R\$ 123.710.000,00

- Ações voltadas para o bem-estar social, buscando amparar e proteger pessoas ou grupos, com a finalidade de diminuir ou evitar desequilíbrios sociais.

Exemplo de ações no orçamento:

- Bloco da Proteção Social Básica - FMAS
- Bloco da Proteção Social Especial - FMAS



Ação governamental por área de aplicação

Função Previdência Social - R\$ 863.820.000,00

- Ações de concessão de benefícios de natureza previdenciária do setor público.

Exemplo de ação no orçamento:

- Concessão e manutenção dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social



Função Saúde - R\$ 1.182.101.000,00

- Ações destinadas a atender as necessidades e promover a melhoria das condições do estado de saúde da população.

Exemplo de ações no orçamento:

- Obras e equipamentos para Atenção Especializada
- Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade - Prestadores SUS



Função Trabalho - R\$ 2.491.000,00

- Ações ligadas ao desenvolvimento social e econômico, nos aspectos relacionados com a força de trabalho e interesses profissionais do trabalhador.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção das atividades de atendimento ao trabalhador e ao empregador via SINE - SMTER
- Investimento na expansão da estrutura de atendimento ao público - SMTER



Função Educação - R\$ 1.022.793.000,00

- Ações governamentais voltadas à formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do indivíduo, preparando-o para o exercício consciente da cidadania, e habilitando-o para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social.

Exemplo de ação no orçamento:

- Readequação da estrutura física e de equipamentos - Educação Infantil
- Manutenção das atividades - Educação Infantil



Função Cultura - R\$ 17.803.000,00

- Conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado ao longo da história da humanidade.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção das ações do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC
- Manutenção das ações do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina - FMP



Ação governamental por área de aplicação

Função Direitos da Cidadania - R\$ 35.175.000,00

- Ações destinadas a assegurar direitos e serviços básicos a indivíduos ou comunidades apartados do convívio do restante da sociedade.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção das atividades do Conselho Tutelar e do CMDCA
- Implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente - CMDCA



Função Urbanismo - R\$ 175.702.000,00

- Ações desenvolvidas com o objetivo de aperfeiçoar o processo de urbanização, estabelecendo uma estrutura adequada capaz de servir ao crescimento econômico e qualidade de vida da população.

Exemplo de ação no orçamento:

- Pavimentação, recapeamento asfáltico e obras de integração da malha viária



Função Habitação - R\$ 1.382.000,00

- Ações direcionadas ao planejamento e construção de residências à população.

Exemplo de ação no orçamento:

- Desenvolvimento das ações do Fundo Municipal de Habitação de Londrina - FMHL

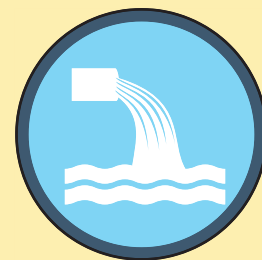


Função Saneamento- R\$ 2.709.000,00

- Ações que visam ao abastecimento de água de boa qualidade, a destinação final dos esgotos domésticos e despejos industriais e a melhoria das condições sanitárias da população.

Exemplo de ação no orçamento:

- Execução de projetos de saneamento básico e obras de drenagem urbana - FMSBDS

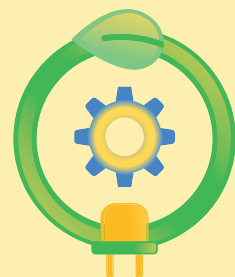


Função Gestão Ambiental - R\$ 86.093.000,00

- Ações desenvolvidas para a proteção de recursos naturais.

Exemplo de ação no orçamento:

- Desenvolvimento e implantação de Projetos Ambientais - FMMA
- Aquisição de equipamentos e bens para manutenção dos espaços livres de uso público municipal

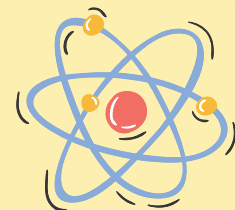


Função Ciência e Tecnologia - R\$ 702.000,00

- Ações que visam promover e assegurar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia de Londrina - FACITEL



Ação governamental por área de aplicação

Função Agricultura - R\$ 15.885.000,00

- Ações desenvolvidas em favor da produção agrícola e pecuária, e que garantam o abastecimento de produtos agropecuários e de incentivo ao cooperativismo rural.

Exemplo de ação no orçamento:

- Construção, modernização e conservação de pontes e estradas rurais
- Manutenção e qualificação das estradas rurais e desenvolvimento rural
- Promoção do acesso da população à segurança alimentar e Nutricional

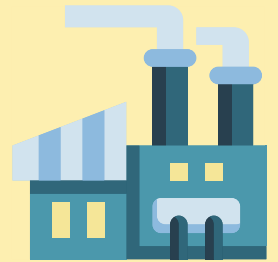


Função Indústria - R\$ 4.544.000,00

- Ações desenvolvidas no sentido de planejar e promover a expansão do parque industrial do País, seja através da iniciativa privada ou da participação do governo no capital de empresas industriais.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção das atividades de Desenvolvimento Econômico e Industrial



Função Comércio e Serviços - R\$ 3.283.000,00

- Agregação de ações desenvolvidas no sentido de planejar e promover a expansão do comércio interno e externo.

Exemplo de ação no orçamento:

- Manutenção das atividades de Turismo

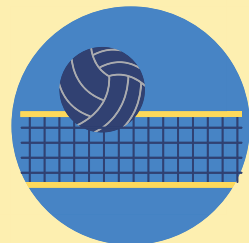


Função Desporto e Lazer - R\$ 17.972.000,00

- Ações que visam ao desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas dos indivíduos.

Exemplo de ação no orçamento:

- Promoção e incentivo a eventos, atividades esportivas e de lazer
- Desenvolvimento e incentivo à excelência esportiva



Função Encargos Especiais - R\$ 283.614.000,00

- Ações relacionadas ao pagamento de juros, encargos e parcelas do principal da dívida pública e/ou à renegociação e refinanciamento da dívida.

Exemplo de ação no orçamento:

- Pagamentos de juros e amortização da dívida interna
- Manutenção das operações especiais - precatórios, indenizações, restituições, garantias e PASEP



Reserva de Contingência - R\$ 172.528.000,00

- Constituição de reserva de contingência destinada a atender eventos que possam acontecer ou não com probabilidade de saída de recursos.

A forma de utilização desse recurso é estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO





Hora de revisar o que aprendemos

- **O Sistema Orçamentário Brasileiro é composto por:**
 - Plano Plurianual (PPA);
 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
 - Lei Orçamentária Anual (LOA).
- **O ciclo orçamentário possui 4 etapas:**
 - Elaboração;
 - Discussão e Aprovação;
 - Execução;
 - Avaliação e Controle.
- **O Orçamento Público é iniciado com o PPA, priorizado com a LDO e finalizado na LOA;**
- **O PPA é composto por 4 tipos de programas:**
 - Programas Finalísticos;
 - Programas de Apoio à Gestão Governamental;
 - Programa para as Operações Especiais;
 - Programa para a Reserva de Contingência e a Reserva do RPPS.
- **As ações fazem parte da dimensão operacional do PPA e relacionam os instrumentos do Sistema Orçamentário;**
- **Os indicadores são conjuntos de parâmetros que permitem acompanhar a evolução de um programa;**
- **A LDO é uma orientação para a elaboração e execução da LOA, com base no planejamento realizado pelo PPA;**
- **A LDO apresenta diversos anexos, como:**
 - Metas Anuais;
 - Metas e Prioridades;
 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Ano Anterior;
 - Evolução do Patrimônio Líquido;
 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas;
 - Riscos Fiscais;
 - Obras em Andamento.
- **A LOA é composta pelos seguintes orçamentos:**
 - Fiscal;
 - da Seguridade Social;
 - de Investimento.
- **A Fonte de Recursos é um código numérico que vincula a origem de recursos à sua aplicação;**
- **O pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais são considerados despesas obrigatórias.**



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que tiveram a curiosidade de conhecer mais sobre o Orçamento Público do município de Londrina.

Para saber mais, acesse os links abaixo:

Plano Plurianual 2026 - 2029

[Acessar](#)

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026

[Acessar](#)

Lei Orçamentária Anual 2026

[Acessar](#)

Glossário - Senado Federal

[Acessar](#)



Siga-nos em nossas redes sociais:



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TECNOLOGIA - SMPOT

SAIBA MAIS